

# Vendas a crédito caem

Ivaldo Cavalcante

DF-Comércio

24/2/87, TERÇA-FEIRA • 13

## 60% em Brasília

As vendas a crédito caíram em 60% no mercado brasiliense, nos últimos meses. Este quadro, segundo os comerciantes, vem se agravando antes mesmo da implantação do Plano Cruzado, quando o governo reduziu de 24 para 12 meses o prazo máximo para pagamentos a crédito. Com a vinda do plano, em fevereiro de 86, este prazo passou de 12 para 4 meses com juros que chegam hoje a 1% ao dia, em outras palavras, 30% ao mês.

Segundo Joel Campanatti, presidente do Clube dos Diretores Lojistas — CDL, em janeiro de 86 chegaram ao Departamento de Proteção ao Crédito, órgão do CDL, 114 mil informações de créditos de lojas associadas e em janeiro deste ano desceu para 111 mil, significando uma baixa de 2,38% nas vendas a crédito.

Os registros no DPC também

aumentaram significativamente, com cerca de 30% a cada mês, ou seja, os consumidores com um prazo de 4 meses para quitar suas dívidas com juros a 30% ao mês não estão conseguindo pagar nos prazos estipulados. Além do tempo determinado para o pagamento o devedor tem mais 45 dias para regularizar a situação. Findos os dias a loja encaminha a cópia do registro ao DPC para a devida cobrança.

O consumidor fica impedido de fazer qualquer operação de crédito no mercado até que pague a loja credora e esta por sua vez pede o cancelamento do registro no DPC.

“Antes do Plano Cruzado havia um equilíbrio entre o número de registros e o número de cancelamentos”, disse Campanatti, hoje esta comparação está bastante defasada.

### Diminui venda de automóveis

Diminuiu a procura e conseqüentemente a venda de veículos novos e usados no Distrito Federal. O aumento de 84% no preço de automóveis e o depósito compulsório desencorajam o consumidor a comprar. As altas taxas de juros cobradas pelas financiadoras e o prazo de 4 meses para pagamento, agravam a situação, pois, “é praticamente impossível alguém comprar um veículo de por exemplo 110 mil, fora o depósito compulsório, de 30% do valor real do carro, em apenas 4 meses”, afirmou José Claudino Ramos Sobrinho, proprietário da Kingston Automóveis.

Outro agravante é a falta de peças nas montadoras de veículos, que estão impossibilitadas de cumprirem as suas entregas. Segundo Daniel Pereira de Freitas, gerente de Vendas da Disbrave, o fornecimento de carros vem caindo desde julho do ano passado, “antes recebíamos

em média 150 veículos por mês e nos últimos 2 meses baixou para 60 veículos”.

“Se é verídica a falta de peças, ela vem acontecer num momento muito feliz às montadoras, porque se os revendedores de veículos novos estivessem com seus pátios cheios, continuariam cheios, uma vez que não existe financiamento a longo prazo e a curto prazo a altas taxas de juros é impossível de se vender”, afirmou Claudino Ramos, com suas vendas diminuídas em 90%.

Para ele, a única saída desta situação seria a prorrogação de todos os empréstimos contraídos junto à rede bancária, para 31/12/87, transformando essas dívidas em contas garantidas de capital de giro, onde a iniciativa privada desse andamento ao resgate gradual de seus débitos, de acordo com seus caixa, pagando juros tão-somente sobre os saldos devedores.

### Comércio fecha portas em protesto aos juros altos

Aproximadamente 95% do comércio de Taguatinga fecham suas portas, hoje, em repúdio aos altos juros do mercado financeiro. O movimento já atinge inclusive outras cidades-satélites, como Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina e Ceilândia, onde mais de 60 madeireiras e lojas de materiais de construção confirmaram sua adesão. O dia de protesto compreende uma concentração na Praça do Relógio e uma passeata até o Ministério da Fazenda.

A atual situação dos pequenos e médios empresários, que se encontram «às portas da falência» é o principal motivo do protesto. De acordo com Jesus Barteli, diretor-social da ACIT — Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, os empresários não conseguem, por muito tempo, conviver com os juros exorbitantes cobrados pelos bancos. Prevê-se, até mesmo, um colapso na área de empregos, com a possibilidade de «quebra» de alguns estabelecimentos.

“A saída do governo, que não consegue pagar sua dívida externa, foi a moratória e se os juros não baixarem, a opção de grande parte do empresariado será pedir a concordata — pagamento das dívidas no prazo de dois anos — sem juros e mediante autorização judicial”.

Mais de 6.000 empresários devem participar do movimento, conforme previsão da ACIT. Os comerciantes reivindicam além da baixa dos juros, a abertura de créditos bancários, empréstimos subsidiados até a volta do Plano Cruzado 1. Estas propostas constam do documento que uma comissão de representantes da categoria encaminhará ao ministro da Fazenda, Planejamento, Banco Central e à Presidência da República.

O dia de protesto começará com as portas dos estabelecimentos comerciais e empresas totalmente fechadas. De 9 às 11 horas, os empresários se concentram na Praça do Relógio, centro de Taguatinga. De 11 às 12 horas, a ACIT fará uma demonstração das propostas aos comerciantes presentes e às 12 horas, todos os manifestantes saem em passeata até o Ministério da Fazenda.

Os pequenos e médios empresários de Taguatinga decidiram pela paralisação, dia 24, terça-feira, após debates na Associação Comercial e Industrial de Taguatinga — ACIT. A paralisação conta com a participação das associações do Gama, Planaltina, Federação do Comércio, além do apoio da Ordem dos Advogados que ficará de plantão para prestar serviços jurídicos aos manifestantes.

Barteli afirmou, ainda, que a classe vem sofrendo com os grandes «holdings» (grandes empresas associadas) que operam o mercado em nível de concorrência desleal. «Pagamos encargos públicos sérios e não podemos operar junto aos bancos que apenas visam lucros», disse ele.

As taxas de juros, fixadas em 3% ao mês no início do Plano Cruzado, em fevereiro do ano passado, atingiu 23% nos primeiros dias de fevereiro, e para piorar a situação, os bancos privados ficaram dispensados de destinar parte dos depósitos à vista para formação de capital de giro às micros, pequenas e médias empresas e pela negativa da rede bancária de negociar o desconto de duplicatas para o comércio em geral a juros compatíveis com suas necessidades.